

INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS: DIFERENTES POSICIONAMENTOS EM SALA DE AULA

Naiara Greice Soares

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestra em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS¹), Campus Canoas/RS. Brasil. E-mail: naiara.soares@canoas.ifrs.edu.br

Resumo: A inclusão de pessoas com deficiência na escola tem avançado significativamente e no que se refere à inclusão do estudante com surdez que se comunica por meio da Libras, a presença do intérprete educacional de Libras é, sem dúvida, fator primordial para que este estudante frequente, permaneça e tenha êxito na sua jornada. Contudo, a atuação deste profissional é ainda permeada por várias incógnitas, não sendo possível delinear um único perfil profissional, devido aos diferentes posicionamentos assumidos em sala de aula. Este artigo é um desdobramento da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação, que tencionou a constituição profissional do intérprete educacional de Libras. Para tanto, a proposta dessa escrita é trazer à tona algumas reflexões e questionamentos que surgiram ao nos debruçar em trabalhos realizados na área e em nossa própria pesquisa que retratam como o IE se vê e o que acredita que sejam suas atribuições em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Inclusão de Surdos. Intérprete Educacional de Libras.

Introdução

A inclusão do estudante com surdez trouxe para a escola um novo profissional, o intérprete educacional de Libras que atua diretamente com esse estudante, porém seu trabalho está ou deveria estar vinculado ao professor regente que ministra a aula, devendo ambos atuar como parceiros na inclusão dos estudantes com surdez. Este profissional se diferencia dos demais intérpretes de Libras, pois sua atuação é contínua e se desenvolve no ambiente escolar. Para entendermos melhor sua atuação, julgamos necessário fazer uma breve retrospectiva de alguns fatos importantes que envolvem a história do intérprete de Libras no Brasil.

Primeiramente, é importante esclarecer quem é este profissional, segundo Quadros (2007, p. 7) “Intérprete de língua de sinais – Pessoa que interpreta de uma dada Língua de

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada Língua de Sinais”. Contudo os primeiros intérpretes não se reconheciam enquanto profissionais, pois atuavam voluntariamente e com a predominante característica de ajudar na comunicação das pessoas com surdez, já que estes eram familiares ou amigos que no contato direto aprenderam a Língua de Sinais e assim passaram a desempenhar de maneira informal o papel de intérprete.

Da mesma forma, os intérpretes que atuavam em instituições religiosas não se reconheciam enquanto profissionais, como bem pontua Santos (2006, p. 47): “Essas questões subjetivas, em que caridade, benevolência e ajuda aos surdos estavam presentes, levou muitos dos ILS que atuavam naquela época a não questionarem essa atividade como profissão”. O primeiro registro oficial da atuação de uma intérprete ocorreu na década de 1980, sendo Denise Coutinho considerada a primeira intérprete no Brasil.

A partir da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Lei da Acessibilidade, é que começa-se a mencionar a questão da formação deste profissional:

CAPÍTULO VII

DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais Intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-Intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (Brasil, 2000, art. 18).

Na sequência, a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, “em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Brasil, 2002, art. 1º). A partir desse marco histórico para as pessoas com surdez, a profissão de intérprete de libras ganha novos olhares e rumos, Quadros (2007, p. 87) afirma que “O intérprete de Língua de Sinais no Brasil é um profissional com uma carreira promissora”, mas, ao mesmo tempo, a autora faz um alerta:

[...] as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. Há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de intermediação que acaba acontecendo em sala de aula. Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete [...] e não com o professor. [...] O intérprete, por sua vez, se assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, um papel que está sendo constituído (Quadros, 2007, p. 60).

Em vista disso, o Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, começa a desenhar quem é o profissional intérprete Educacional de Libras,

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o caput atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino (Brasil, 2005, art. 21).

Com esse decreto a demanda por profissionais aumentou significativamente, o que fez surgir, em 2007, o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais (Prolibras), que “não substitui a formação em todos os níveis educacionais. [...] o exame Prolibras vem resolver uma demanda de curto prazo” (Quadros *et al.*, 2009, p.23-24) e em 2008, ocorreu o primeiro vestibular do curso superior de Letras/Libras – Bacharelado para Tradutores/Intérpretes promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na modalidade de ensino a distância, o que levou a UFSC a ser pioneira e a se destacar no cenário educacional brasileiro.

Tratam-se de iniciativas necessárias, em busca da profissionalização dos intérpretes de Libras, haja vista que seu trabalho não poderia mais se configurar como ação assistencial,

[...] em um futuro próximo, todos os ILS sejam devidamente capacitados e que a realidade que hoje vivenciamos, com ILS sem formação, tomando decisões empiricamente, atuando caritativamente de uma forma assistencial e paternalista, sem um enfoque profissional seja aos poucos abandonada, dando lugar a um profissional crítico, coerente, que busque seu aperfeiçoamento constante e em permanente atualização com os avanços da profissão (Russo; Pereira 2008, p. 16).

Com todo o movimento que surgiu a partir da obrigatoriedade do intérprete de Libras nas instituições escolares, em 2010 é regulamentada a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras, Lei n. 12.319 (Brasil, 2010) que determinou a atuação desse profissional nas atividades didático-pedagógicas e culturais; nos processos seletivos para ingresso dos estudantes nos cursos; em concursos públicos dentre outras atribuições.

Como legislação mais atual temos a Lei n. 14.704 (Brasil, 2023) que alterou a formação do intérprete de Libras, incluiu a questão da jornada de trabalho e do revezamento e colocou como atribuição do tradutor e intérprete a intermediação da comunicação entre surdos e ouvintes e entre surdos e surdos.

O ambiente escolar é sem dúvida um lugar diferenciado, por isso mesmo não é fácil determinar as competências e atribuições deste profissional, que não se limita a um atendimento programado e finalizado, mas em um acompanhamento no mínimo de um ano ao estudante com surdez. Nesse período, constroem-se relações e laços que podem influenciar no trabalho desenvolvido pelo IE, e se assim o IE permitir ultrapassar o que prevê a legislação, justamente pelo contato diário e pelo envolvimento que é atravessado por vínculos.

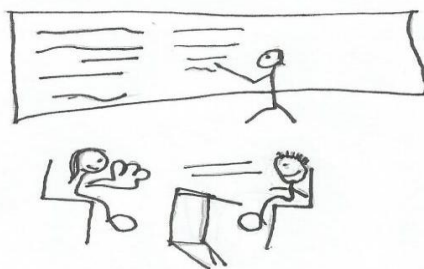
Diante disso, nosso estudo configura-se como um artigo de revisão de literatura, adotando uma abordagem qualitativa que tem por objetivo analisar produções acadêmicas, buscando compreender como o profissional intérprete educacional de Libras se vê e o que acredita que sejam suas atribuições.

Questões iniciais

Começamos esta seção propondo uma das questões fundamentais que nos levaram à presente pesquisa: quem é este profissional? É intérprete, professor “particular” para o estudante com surdez ou ainda o que algumas pesquisas denominam de professor intérprete? Estaria ele assumindo funções que não são suas? Como ele se vê? Tem clareza de suas atribuições? Tem formação para exercer também a função de professor?

Inquietações que nos moveram a pesquisar e analisar alguns trabalhos relacionados ao tema. Para iniciarmos vamos apresentar, mesmo que brevemente a visão de dois estudantes com surdez sobre o intérprete Educacional de Libras, extraído da pesquisa *Representações sociais de educandos surdos sobre o profissional intérprete de Língua de Sinais no contexto educacional*, os pesquisadores Linhares, Oliveira e Oliveira (2013), solicitaram aos estudantes (16 e 15 anos respectivamente) que representassem o IE em sala de aula por meio de desenho. Atentamos para o resultado:

Figura 1 – Desenho do Estudante 1



Fonte: Linhares, Oliveira e Oliveira (2013, p. 518).

Figura 2 – Desenho do Estudante 2



Fonte: Linhares, Oliveira e Oliveira (2013, p. 520).

Poderíamos abrir várias análises para estes desenhos e problematizá-los de diferentes formas, porém vamos deter nosso olhar para o profissional IE. A Figura 1 nos apresenta três personagens: professor, intérprete educacional de Libras e o estudante, no entanto observamos que mesmo desenhando o professor, a atenção do estudante com surdez está voltada para o intérprete educacional, que no desenho o estudante fez questão de destacar linhas horizontais que saem de seu campo de visão diretamente para o IE, que é desenhado com a mão bem grande, representando a questão visual da Libras. O professor faz parte do desenho, mas é alguém que está mais afastado, não participa diretamente desse momento, está escrevendo no quadro e possivelmente explicando o conteúdo, já que o IE está sinalizando.

Na Figura 2, a estudante representou apenas ela própria e o intérprete educacional, que está posicionado ao lado do quadro, possivelmente explicando o conteúdo, assumindo, dessa forma, o papel de professor, profissional este que não aparece no desenho. Tanto as mãos da estudante como as da IE estão em movimento, o que nos leva a perceber que a comunicação flui entre essas duas pessoas.

Essas duas imagens para além do que apresentamos acima, nos apontam representações diferentes do IE, uma mostra a atuação do profissional como intérprete educacional e mantém a figura do professor regente ministrante da disciplina/aula e, na outra imagem, o IE assume o papel como professora “particular” ou como professora intérprete.

Buscando elucidar melhor essas diferenças que emergem na atuação profissional e são perceptíveis ao próprio estudante com surdez, vamos abordar, na próxima seção, algumas pesquisas que se debruçaram sobre o tema e apresentar alguns recortes de narrativas das próprias IEs.

Intérprete educacional de Libras: o que algumas pesquisas revelam

Antes mesmo do reconhecimento da profissão de intérprete de Libras (2010) a pesquisadora Vieira (2007) já abordava e trazia para a discussão as atribuições deste profissional em sala de aula. Vejamos alguns depoimentos das próprias IEs sobre o entendimento de suas atribuições, que na pesquisa de Vieira (2007) são apresentadas com a nomenclatura professor-intérprete.

[...] a nomenclatura professor-intérprete cria confusões de papéis, essa nomenclatura existe por causa de um documento [...]. Dentro da minha escola tem uma pessoa que não é professora que se diz só intérprete não levanta uma palha, se o aluno pergunta $3 \times 8 =$, ela pergunta para professora, não responde. Puxa, não custa nada responder que é 24. Em prova uma questão sobre a burguesia, dê um feedback. Ela não, não dava um retorno. (P-ILS/1, p. 62²).

[...] eu não sabia qual era a minha função na sala de aula. Fazia de tudo! Interpretava pro surdo, ajudava cuidar dos alunos, aplicava prova, fazia temas, auxiliava os outros alunos... as escolas adoram as salas que têm Intérprete, pelo menos lá no interior é assim, eles adoram! Porque é uma professora a mais na sala de aula. (P-ILS2, p. 67).

Nessa perspectiva, é fundamental trazermos a pesquisa de Martins (2013) que enfatiza a questão do compromisso com o ensino por parte do intérprete educacional, e o conduz a posição de mestre intérprete de língua de sinais educacional (MILSE),

[...] um mestre que também interpreta, não trabalhando no “ou”, ou professor ou intérprete, afirmando-se, no entanto, no “e”, sendo isso e aquilo, e aquilo outro, múltiplas formas de ser que não se findam no quadriculado de um papel (Martins, 2013, p. 203).

Soares (2018) em seu trabalho de pesquisa entrevistou IEs que também se identificam com a função de professoras e fazem de tudo para garantir a aprendizagem por parte desses estudantes, sendo que algumas entrevistadas vão além do trabalho que realizam no ambiente escolar,

² Preservamos a forma original de registro e codificação dos dados de outros pesquisadores citados.

[...] é feito professor da sala de aula, é tudo e mais um pouco né [...] por mais que o teu papel é de intérprete, mas rapaz! a tua informação vai soar como professor. [...] se a aluna não chega, eu estou na sala de aula e ela falta, eu posso ficar na sala de aula ou não assim tá ela não está lá pra eu interpretar, eu tenho direito de ir, tenho, mas se eu posso ficar lá e talvez aprender esse assunto compreender pra de outra forma repassar isso para ela, entendeu? Eu estou sendo paga, está sendo o meu horário de trabalho, [...] sabe né, porque não, é eu estou facilitando pro surdo ou sei lá, estou sendo bonzinho demais né, será? (IE2, p. 79).

[...] tu faz de tudo pra eles aprender [...] é para ti que eles recorrem, eles não vão pedir pra professora, pede como é que aqui mesmo? eu não lembro mais, não o que é aqui? é para ti que eles recorrem, então é bem difícil de tu se anular e dizer não agora a professora parou, tem que fazer exercício, tem que fazer o tema, faz, não tu está lá, tu vai lá explica, tu mostra, tu tenta, tu aprende, daí tu fica se cobrando né se cobrando muito, sofre muito [...] a gente inclusive se mete muito de chama atenção deles, a gente briga com eles, a gente vai atrás dos pais reclama, muitas vezes a gente vai até na casa, diz o que deu, liga, o // faltou, pai o que deu, a está doente, não então tá, tu faz tudo nossa (IE3, p. 80).

[...] meu trabalho é literalmente como professora, mais como professora do que como tradutora [...] eu sou um pouco mãe, porque sou eu que noto quando ele está doente, ah professora, intérprete, alguém que está ali pra ajudar ele o tempo inteiro, porque sou eu que vou em consulta com ele, eu que fui pro psicólogo com ele, ah eu que chego pro médico e digo ó ele me fala que ele tem isso, tem aquilo. Sou mãe, professora, intérprete, sou um pouquinho de tudo pra ele, porque o que ele não tem em casa ele vem buscar em mim e de uma certa maneira eu gosto, porque eu gosto dele também né, meu piazinho teimoso [...] (IE5, p. 80-81).

Por outro lado, tanto no trabalho de Vieira (2007) como na pesquisa de Soares (2018) ambas mencionadas acima, apareceram narrativas de IEs que não concordam com esse tipo de atuação, que se identificam somente como intérpretes educacionais e restringem suas atuações. Veremos esses e outros posicionamentos na sequência.

O trabalho de Vieira (2007) apresentou narrativas de IEs que desaprovam a nomenclatura professor-intérprete e, por isso mesmo, atuam em sala de aula de uma forma diferente, como o trecho a seguir revela:

Ah ... tenho uma ótima para falar! (aP-ILS/6 faz uma careta) Quando estava interpretando a aula, porque eu não explico, tenho formação de professor/a mas minha prática é de intérprete, era muito difícil e ainda é exercer meu trabalho como intérprete. Um dia eu interpretando a aula para o/a surdo/a a professoro/a veio me perguntar como é que eu explicava todo conteúdo só com as “mãozinhas” que os “surdos-mudos” vendem com chaveirinho. Nossa ... fiquei passado/a com aquele discurso. Primeiro falei que eu não explicava, eu fazia a interpretação simultânea, mesmo sendo muito difícil eu fazia. Segundo não usava só as “mãozinhas” que o nome é alfabeto manual e ele é só um apoio para a Língua de Sinais e não era surdo mudo, somente surdo porque eles falam e blá, blá, blá ... E o/a professoro/a então me olhou, ah! Então temos uma língua diferente aqui? Que bom, alguém vai fazer a ponte para mim, se tu não explica como é então? Tu dá dicas? Ajudas? Então disse, seria bom conversarmos na sala dos professores, os alunos estão em atividades e é antiético de minha parte ficar conversando na sala de aula e o aluno/a surdo/a quer falar com você. Ah, é mais fácil você interagir direto com ele, é mais rápido.

Aiaiaiai... fui obrigado/a a responder, olha professor/a, a responsabilidade em explicar e ensinar é sua, não minha... (aP-ILS/6, p. 44).

De forma convergente, as autoras Lebedeff, Santos e Silva (2014, p. 84), retratam um episódio entre um professor e a intérprete de Libras, que se posiciona com firmeza no que acredita ser seu papel na escola:

O professor encontra a intérprete no corredor e pergunta: Por que a aluna X faltou à aula hoje? A intérprete responde que não sabe e que mesmo que soubesse não poderia dizer. O professor solicita então: Diz pra ela pegar o livro Y, capítulo Z para apresentar seminário daqui duas semanas. A intérprete responde que infelizmente não pode repassar esta informação: Será que a senhora não tem o e-mail dela, talvez algum colega tenha, não vou encontrá-la e, além disso, os intérpretes não podem repassar informações quando as duas partes interessadas não estão presentes. Por favor, compreenda, não é meu papel. Embora o comportamento acima descrito pareça antipático, são estas as respostas adequadas de um intérprete.

É importante observarmos que as diferentes posturas e incertezas de atribuições, no que se refere ao profissional IE, refletem-se no entendimento que o estudante com surdez e o professor regente tem sobre o papel que este profissional deverá desempenhar em sala de aula. Na pesquisa de Pieczkowski (2014, p. 135) isso fica bem claro no depoimento de uma professora que solicita “mais empenho por parte do intérprete”, vejamos:

Para começar, no primeiro dia de aula, eu peço para fazerem grupos de no máximo cinco pessoas [...]. Elas não quiseram, elas não quiseram se misturar com a turma. A turma foi bem receptiva, as colegas chamaram: – “olha, participa do nosso grupo”, elas não quiseram, elas se isolaram entre elas [...] elas não ficaram com uma nota boa, aí dei a possibilidade de refazerem a prova, né, e pedi mais empenho por parte do intérprete, por que o intérprete ele acha, ele acha não, eles têm essa política, eles não estudam a disciplina para eles saberem.

Situações que nos levam a várias reflexões e questionamentos, como por exemplo, se esta professora já teve a experiência de trabalhar junto com outro IE e este profissional atuava de maneira diferente o que a levou a pedir mais empenho deste IE. Além do empenho, a professora menciona que os intérpretes não estudam a disciplina, será que seria para realizar uma interpretação melhor para as estudantes com surdez, de acordo com a explicação da professora ou espera-se que o IE realize uma explicação particular e assuma estas estudantes para si?

No que se refere ao posicionamento de IEs que atuam como mediadoras da comunicação e não adentram o campo do ensino, a pesquisa de Soares (2018) apresenta narrativas significativas para pensarmos o campo profissional,

[...] como intérprete eu sempre deixava claro [...] o meu papel dentro da sala de aula [...] eu iria traduzir tudo em Língua de Sinais o que a professora trabalhasse em língua portuguesa oral, eu não era a professora deles, eles deveriam se reportar a professora, eu não era responsável por tarefa, eu não era responsável por estudar com eles, eu não era responsável por prova, eu não era responsável por nada além do que traduzir e os professores também precisavam ter esse entendimento, então muitas vezes os professores diziam, prof porque os teus alunos e eu dizia, espera aí professor não são os meus, eles são no máximo os nossos, mas eles não são meus, eles são seus (IE1, p. 78)

[...] se puder ter a oportunidade e a possibilidade e depende do professor também né, de estar discutindo questões que vão ser trabalhadas, sugerindo, então acho que isso pode ser um papel sim, isso pode ser não, isso é o papel do intérprete educacional né, de estar fazendo esse diálogo direto com professor, pra que não se tenha aquela ideia de que o professor pense que o intérprete é o responsável pelo aluno né, porque o professor é responsável por todos os alunos e porque não seria responsável pelo aluno surdo, seria uma coisa meio estranha né [...] (IE7, p. 79).

Em outro momento da entrevista a IE1 (Soares, 2018) pontua com firmeza a questão de professor e do intérprete terem funções distintas dentro da sala de aula,

Eu sempre tive muito cuidado com essa relação, tanto com a relação com o professor de eu não querer tomar o lugar do professor, eu não tenho que propor nada, o professor que é o responsável pelo planejamento, pela proposta da aula, por desenvolver a aula, tudo isso é competência do professor, a minha competência é traduzir aquilo que está sendo exposto pelo professor, num outro momento á parte da sala de aula eu tenho sim o compromisso eu acho e o dever de colaborar com o professor, de mostrar para ele talvez de que forma melhor ele pode desenvolver a aula dele, de que instrumentos ele pode utilizar para facilitar a compreensão dos alunos surdos, de que materiais ele pode estar lançando mão para tornar a aula mais atrativa e que contemple a questão visual, eu acho que isso sim, o intérprete educacional tem esse papel de poder construir junto com o professor, de poder ser um aliado do professor, mas jamais confundir esses papéis e em sala de aula a responsabilidade é do professor [...] toda relação entre o aluno e o professor como é com o ouvinte é com o surdo, o intérprete ele faz o canal de comunicação, ele é a ponte entre uma pessoa que fala uma língua e a outra que fala outra língua, dessa forma que eu tentei conduzir sempre (IE1, p. 85).

Observamos nesses recortes um panorama de como se dá o desenvolvimento do trabalho realizado pelos IEs na sala de aula, o que nos leva a ampliar nossas reflexões, e aqui poderíamos trazer questões que envolvem inclusão do estudante com surdez, formação de professores, já que alguns intérpretes sentem necessidade também de assumir esta posição, o que poderia ser feito para que o professor seja identificado e atue também como professor do estudante com surdez e tantas outras questões, mas voltamos o foco para o IE.

Ao pensar que o mesmo estudante pode ter dois intérpretes com atuações completamente diferentes³, conseqüentemente o professor regente também terá ao seu lado profissionais IEs com visões diferentes de suas responsabilidades em sala de aula, como lidar com tudo isso? Caso essa situação não aconteça nesse período, em algum momento da trajetória escolar haverá troca do IE que acompanha o estudante com surdez e, da mesma forma, ocorrerão estranhamento, comparações e dúvidas sobre a função deste profissional. Isso se dá, igualmente, com o professor que ministra disciplina em duas ou mais turmas, com presença de estudantes com surdez e com IEs com atuações, em que precisa assumir responsabilidades e atribuições bem diferentes.

Diante desse cenário, conturbado de diferentes posicionamentos e atuações dos intérpretes educacionais de Libras, enquanto categoria profissional, urge uma discussão aprofundada que leve em consideração o ambiente complexo de trabalho destes profissionais, a escola, mas que também busque um consenso quanto à atuação e às atribuições, pois essas questões influenciam diretamente a aprendizagem e a inclusão efetiva do estudante com surdez.

Reflexões finais

A partir deste estudo, espera-se que as reflexões e considerações feitas possam contribuir para pensar e repensar o trabalho dos profissionais intérpretes educacionais de Libras, quem ele é e quais são suas atribuições. Trata-se de um profissional de extrema importância nas salas de aula com estudantes com surdez e no espaço escolar como um todo, para que a inclusão desses sujeitos se concretize com práticas inclusivas e com envolvimento de todos que fazem parte da escola.

Olhar para a formação inicial e continuada desses profissionais é fundamental, trazer para o debate situações do dia a dia e os recortes apresentados nesse artigo de narrativas de IEs atuantes nas instituições de ensino é essencial para delinear e fortalecer a profissão que cada vez mais é solicitada nesse espaço de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

³ Lei n. 14.704 (Brasil, 2023): “Art. 8º-A Parágrafo único. O trabalho de tradução e interpretação superior a 1 (uma) hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais”.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n. 14.704, de 25 de outubro de 2023.** Altera a Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

LEBEDEFF, T. B.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. M. da. Acessibilidade para a comunidade acadêmica surda da UFPel: memórias de uma experiência. In: PIECZKOWSKI, T. M. Z.; NAUJORKS, M. I. (org.). **Educação, inclusão e acessibilidade:** diferentes contextos. Chapecó, SC: Argos, 2014. p. 73-101.

LINHARES, F. L.; OLIVEIRA, I. A.; OLIVEIRA, W. M. M. de. Representações sociais de educandos surdos sobre o profissional intérprete de língua de sinais no contexto educacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO INES, 12.; SEMINÁRIO NACIONAL DO INES, 18., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: INES, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico, 2013. p. 514-525. Disponível em: <http://projettoredes.org/wp/wp-content/uploads/AnaisInes-29out13.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2026.

MARTINS, V. R. O. **Posição-mestre:** desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional. 2013. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185118/MARTINS%20Vanessa%20Reginade%20Oliveira%20%202013%20%28tese%29%20UNICAMP.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 28 fev. 2026.

PIECZKOWSKI, T. M. Z. **Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior:** efeitos na docência universitária. 2014. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade

Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3480/PIECZKOWSKI%2c%20TANIA%20MARA%20ZANCANARO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 fev. 2026.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

QUADROS, R. M. de *et al.* **Exame Prolibras**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

RUSSO, A.; PEREIRA, M. C. P. **Tradução e interpretação de língua de sinais: técnicas e dinâmicas para cursos**. São Paulo: Centro Educacional Cultura Surda, 2008.

SANTOS, S. A. **Intérpretes de língua de sinais: um estudo sobre identidades**. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90455/243129.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 fev. 2026.

SOARES, N. G. **Intérprete educacional de Libras: afirmações e conflitos da profissão**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190991/SOARES%20Naiara%20Greice%202018%20%28dissertação%29%20UFFS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 fev. 2026.

VIEIRA, M. E. M. **A autorrepresentação e atuação dos professores-intérpretes de línguas de sinais: afinal... professor ou intérprete?** 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90405/246959.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 fev. 2026.